

economia

Projeto bilionário de gás natural mira Rio Grande

Companhia Edge, do grupo que controla a Sulgás, e governo gaúcho assinarão memorando de entendimento na sexta-feira

/ ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Cada vez mais crescem as chances de confirmar uma unidade de recebimento de gás natural em Rio Grande. Depois de uma iniciativa que envolve a Bolognesi e o grupo espanhol Cobra, que há anos tentam tirar do papel um terminal de gás natural liquefeito (GNL) e uma termelétrica no município gaúcho, agora é a empresa Edge, do grupo Compass (que controla também a distribuidora Sulgás, no Estado), que pretende instalar um empreendimento bilionário nesta área na cidade.

Nesta sexta-feira, às 11h, a companhia e o governo gaúcho assinarão um memorando de entendimento para a estruturação de uma nova solução de abastecimento de gás natural para o Rio Grande do Sul.

O evento ocorrerá em Rio Grande e contará com a presença do governador Eduardo Leite. O município da Metade Sul vem sendo visto como uma alterna-



PORTOS SA/DIVULGAÇÃO/JC

Porto é considerado um diferencial competitivo para atrair o empreendimento ao município de Rio Grande

tiva para recebimento de gás no Estado por contar com um porto capaz de ser preparado para a chegada de navios que transportam esse insumo.

O secretário-geral de Governo, Artur Lemos, detalha que o complexo para receber o gás natural ficará situado no Distrito Industrial do Estado, o Porto Indústria, localizado no município de Rio Grande. O dirigente reforça que o empreendimento permitirá mais competitividade à indústria

gaúcha. “Para conseguir reduzir o custo do gás, a gente precisa ter mais gás”, enfatiza Lemos. Para chegar até esse consumidor industrial uma alternativa de transporte, inicialmente, poderá ser por meio de caminhões.

O secretário adianta que, em um primeiro momento, o complexo deverá trabalhar com uma capacidade de cerca de 800 mil metros cúbicos ao dia de gás natural (cerca de um terço do volume que chega ao Rio Grande

do Sul atualmente pelo gasoduto Bolívia-Brasil, o Gasbol). Conforme Lemos, também existe a possibilidade de o gás alimentar uma termelétrica, mas ele salienta que não é algo que será essencialmente necessário para ampliar o uso do combustível.

Lemos diz que o valor de aporte na iniciativa parte de R\$ 1 bilhão para o projeto de armazenamento do gás, mas o desdobramento do empreendimento deve alcançar um montante ain-

da maior. “E o Rio Grande do Sul deixa de ser ponta para ser início (da logística de fornecimento de gás)”, reforça Lemos.

Outro benefício da iniciativa, assinala o secretário, é que apesar de ser um combustível fóssil, o gás natural gera menos emissões do que outros combustíveis derivados do petróleo, como a gasolina e o óleo diesel. Ou seja, na área de transporte de cargas e passageiros o uso do gás acaba ocasionando um menor impacto ambiental.

O ex-superintendente da Portos RS, Fernando Estima, um dos agentes que acompanha a situação do empreendimento, acrescenta que ter uma unidade de recebimento de gás localizada em Rio Grande, que conta com um qualificado porto marítimo, permite trazer o combustível do mercado, nacional ou internacional, em que ele se encontra com preço mais competitivo. Ele complementa que a unidade em Rio Grande poderá aproveitar sinergias com o Terminal de Regaseificação que a Edge possui no Porto de Santos (SP).

Termelétrica Rio Grande recebe nova negativa da Aneel

Em julho deste ano, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) negou recurso da Termelétrica Rio Grande e da Bolognesi Energia (empresa vinculada ao empreendimento) quanto à penalidade em decorrência do descumprimento do cronograma de construção da usina e manteve uma multa estipulada em R\$ 235,6 milhões. A Termelétrica Rio Grande entrou com um requerimento administrativo para tentar reverter a situação, mas, na sua reunião ordinária desta semana, novamente o órgão regulador do setor elétrico não acatou o pedido do empreendedor.

Em seu voto, a relatora do processo e diretora da Aneel, Ludimila Lima da Silva, explica que decidiu por não conhecer o requerimento “em função do esgotamento da esfera administrativa” e, ainda, por “não apresentar fatos novos ou circunstâncias” que justificassem a inadequação da sanção aplicada. O valor da punição corresponde a 8% do investimento declarado no projeto (cerca de R\$ 2,9 bilhões).

Apesar do valor significativo,

a perspectiva é que o complexo como um todo, levando em consideração a termelétrica e mais outras iniciativas necessárias para a sua operação, como a implantação de um terminal de gás natural liquefeito (GNL), represente um investimento próximo a R\$ 6 bilhões. O projeto da usina no município de Rio Grande venceu um leilão de energia, realizado em novembro de 2014, e tinha a previsão de início de suprimento para 1º de janeiro de 2019.

A capacidade instalada da planta seria de 1.238 MW (em torno de um terço da demanda média de energia do Rio Grande do Sul). Entretanto, por atrasos no cumprimento do cronograma, em outubro de 2017 a Aneel revogou a outorga do empreendimento.

Após essa posição do órgão regulador, foram apresentados três planos de transferência do controle societário da termelétrica. Uma fonte que acompanha a situação ainda espera que o desfecho dessa questão possa ocorrer por meio de uma mediação feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Ministério abre consulta sobre licitação de hidrelétricas

O Ministério de Minas e Energia (MME) informou ontem a abertura de consulta pública as diretrizes para os processos de licitação e prorrogação dos contratos de usinas hidrelétricas. O processo abrange as concessões de geração de energia elétrica vencidas e vindas. Uma das previsões é que o pagamento pelo valor da outorga ocorrerá com 50% à vista, e o restante poderá ser pago em até cinco parcelas anuais.

O valor calculado da outorga poderá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e, caso haja definição sobre parcelamento, o valor restante prevê atualização pela Selic até a liquidação integral.

A nota técnica detalha que as novas outorgas serão de uso de bem público, no chamado regime de Produção Independente de Energia (PIE). Com isso, os investimentos deverão ser amortizados integralmente no prazo da outorga, por conta e risco das empresas.

As novas outorgas serão pelo prazo de 20 anos, com eventual possibilidade de redução. Além disso, o chamado risco hidrológico será alocado ao gerador. Há

empreendimentos de maior porte, com capacidade instalada superior a 50.000 quilowatts (kW), bem como os empreendimentos de menor porte, com capacidade instalada superior a 5.000 kW e inferior ou igual a 50.000 kW.

Os processos de licitação e prorrogação têm como base a Lei nº 15.269/2025, que institui o novo marco regulatório do setor elétrico. Após a consulta pública, haverá um decreto destinado a “estabelecer um mecanismo padronizado e previsível para o tra-

tamento desses ativos, ampliando a segurança jurídica e a transparência dos processos”, disse o MME.

Com o vencimento de outorgas previsto entre 2026 e 2028, o MME está apresentando ainda soluções de curto prazo para, segundo a Pasta, evitar situações de “operação precária e garantir a continuidade e a regularidade da geração de energia elétrica”.

A consulta ficará aberta a partir desta quarta-feira até 23 de outubro.



BRDE/DIVULGAÇÃO/JC

Novas outorgas serão concedidas pelo prazo de 20 anos